

## VI Consulta Pública

### Fórum de Participação Social do IPPDH

#### Políticas Públicas Regionais para Crianças e Adolescentes

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL convida organizações e movimentos sociais a participar da VI Consulta Pública do Foro de Participação Social do IPPDH, a ser realizada com a colaboração da Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS) e da Secretaria Nacional da Infância e Adolescência da República do Paraguai (SNNA).

O Fórum de Participação Social do IPPDH é um espaço permanente e constante de diálogo, consulta e reflexão do Instituto com a sociedade civil. Neste marco, organizamos semestralmente as Consultas Públicas com a participação de organizações e movimentos sociais da região para compartilhar análises de conjunturas, aprofundar temáticas relevantes e oportunas e construir propostas regionais de incidência.

Nessa edição se busca promover a reflexão e análise entre atores sociais sobre políticas públicas regionais para Crianças e Adolescentes, em diálogo com os eixos temáticos que vêm sendo desenvolvidos pela Comissão Permanente Iniciativa Niñ@sur, da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH) e outras instâncias do bloco.

Los **objetivos principales** desta VI Consulta Pública são:

- Receber propostas de as organizações e movimentos sociais participantes de ações que contribuam para a melhor implementação do Plano de Trabalho 2017-2018 da Comissão Permanente Iniciativa Niñ@Sur da RAADH.
- Possibilitar um espaço de intercambio entre atores sociais sobre a atual conjuntura, iniciativas, práticas e políticas locais, nacionais e regionais em matéria de promoção e proteção de direitos das Crianças e Adolescentes.

**Participantes:** Crianças e Adolescentes e representantes de organizações da sociedade civil trabalham com a temática.

**Data:** 29 e 30 de novembro de 2017.

**Lugar:** Centro Paraguaio de Educação Permanente Ko'e Pyahu (**PRODEPA**) - Av. Eusébio Ayala Km. 4,5. Assunção, Paraguai.

A Consulta é aberta, será transmitida ao vivo por internet e permitirá a participação virtual. As inscrições devem realizar-se pelo e-mail: [consultapublica@ippdh.mercosur.int](mailto:consultapublica@ippdh.mercosur.int).

## PROGRAMAÇÃO

### 29 de novembro de 2017

- 08h** Café da manhã
- 09h** Credenciamento
- 09h30** Mesa de Abertura do Fórum de Participação Social
- 10h00** Dinâmica-ritual de apresentação e integração
- 10h40** Intervalo
- 11h00** Painel de abertura
- 11h30** Apresentação da metodologia de trabalho da VI Consulta Pública
- 11h40** Acordos de convivência
- 11h50** Contextualização, caminho a consulta da VI Consulta Pública
- 12h30** Pausa para almoço
- 14h00** Participação de crianças e adolescentes
- 15h00** Conformação de Grupos de discussão dos eixos temáticos
- 17h30** Compartilhamento do trabalho dos grupos
- 18h00** Dinâmicas de grupo
- 18h30** Preparação do espaço cultural
- 19h00** Espaço de intercambio cultural
- 20h30** Jantar e regresso ao hotel

### 30 de novembro de 2017

- 08h30** Conclusão do documento trabalhado no dia anterior
- 09h30** Plenária: conclusões e encerramento
- 10h30** intervalo
- 10h50** Avaliação da VI Consulta Publica
- 12h00** Almoço

### Antecedentes

No MERCOSUL, o debate sobre o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes tem como antecedente a criação, em 2005, no marco da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL (RAADH), do Grupo de Trabalho e, posteriormente, da Comissão Permanente Iniciativa Niñ@Sur cujo objetivo é articular os esforços nacionais e promover acordos de carácter regional para o cumprimento dos instrumentos internacionais de direitos humanos (Universais e Regionais) de crianças e adolescentes, sendo um dos eixos de trabalho o fortalecimento dos sistemas de proteção de direitos humanos de Crianças e Adolescentes.

Durante a XXIX RAADH, realizada em junho de 2017, em Buenos Aires, os Estados aprovaram o Plano de Trabalho 2017-2018 da Comissão e se estabeleceram os temas centrais para a os trabalhos da Comissão.

## Participação das Crianças e Adolescentes

A participação de crianças e adolescentes em espaços de incidência política regional requer um olhar que supere a perspectiva adulto-cêntrica. A participação deve ser entendida como um processo, no qual se adquirem aprendizagens mútuas, se compartilham espaços e se estabelecem novas dinâmicas de relação para promover e considerar os interesses e as necessidades das crianças e adolescentes.

A utilização de metodologias que promovam a participação de crianças e adolescentes no processo de Consulta Pública implica no reconhecimento da capacidade das crianças e adolescentes para se informar, emitir opinião, deliberar e ser incluídos nos processos de tomada de decisões mediante relações equitativas com as pessoas adultas e conforme ao contexto<sup>1</sup>. A utilização de dinâmicas criativas e inovadoras e o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e redes sociais na proposta de atividades e dinâmicas pedagógicas e lúdicas facilitam o intercâmbio equitativo entre os NNA e as pessoas adultas a partir da criatividade e da inovação.

As crianças e adolescentes participarão na VI Consulta Pública do Foro de Participação Social do IPPDH da seguinte maneira:

### 1. Fórum Virtual

Este fórum terá como objetivo promover a participação de crianças e adolescentes de diferentes Estados partes do MERCOSUL de uma maneira ampla, e potencializando as ferramentas e recursos técnicos existentes.

Durante a VI Consulta Pública, crianças e adolescentes também poderão participar através da página eletrônica e das redes sociais do IPPDH.

Os aportes poderão ser enviados através do correio eletrônico [consultapublica@ippdh.mercosur.int](mailto:consultapublica@ippdh.mercosur.int).

### 2. VI Consulta Pública do Foro de Participação Social do IPPDH em Assunção, Paraguai, 29 e 30 de novembro de 2017

O processo de conformação do grupo de consulta das crianças e adolescentes será liderado pelos participantes, com apoio do IPPDH, e em cooperação com as organizações e coalizões da sociedade civil de infância e adolescência regionais e de cada país, considerando sua idade, desenvolvimento, língua e identidade cultural, com critério de equidade de gênero.

<sup>1</sup> Instituto Interamericano do Niño, a Niña e Adolescentes, Save the Children, e Redlamyc. *La participación de niños, niñas y adolescentes en espacios de incidencia regional*. Reflexión y aprendizajes sobre a participación de niños, niñas y adolescentes en espacios de incidencia regional. Documento de Trabajo, junio de 2013.

As crianças e adolescentes contarão com um espaço físico adequado e adaptado às suas necessidades, para poder participar ativamente nos Grupos de Trabalho, com textos adaptados de acordo com sua idade, contando com o apoio e guia de 2 (dois) facilitadores/as adultos/as que, durante o processo, ajudarão a estabelecer as regras de convivência e as dinâmicas de trabalho, bem como motivação do grupo.

Os facilitadores/as adultos serão chave para a construção do programa e guia didática, para a facilitação da documentação e informação necessária, e o seguimento da participação das crianças e adolescentes.

As crianças e adolescentes serão informados dos objetivos e antecedentes do processo e os fundamentos da importância de sua participação. Também nomearão a seus/suas respectivos/as delegados/as, que serão responsáveis de expor em Plenaria suas conclusões e recomendações.

### **Eixos de trabalho**

Os grupos de trabalho que serão abordados na VI Consulta estão em consonância com os eixos temáticos do Plano de Trabalho aprovado pela Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do MERCOSUL, a saber:

- 1. Direitos e Garantias de Crianças e Adolescentes migrantes**
- 2. Participação de Crianças e Adolescentes, com ênfase nas Diretrizes de Prestação de Contas do MERCOSUL**
- 3. Bons Tratos e Prevenção de Violências como Garantia dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes no MERCOSUL**
- 4. Sistemas de Proteção de crianças e adolescentes**
- 5. Processos de desinstitucionalização - Cuidados Alternativos de Crianças e Adolescentes**
- 6. Sistema penal juvenil**
- 7. Infância e Meios de Comunicação**

### **Documentos de Referência**

Atas e Outros Documentos da Comissão Permanente Iniciativa Niñ@Sur. Disponível em:  
<http://www.raadh.mercosur.int/comisoes/iniciativa-ninsur/>

---

### **Sobre o IPPDH**

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL é uma instância regional, criada em 2009 por Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 14/09. Tem como funções principais a cooperação com os Estados em âmbito técnico, em pesquisa, capacitação e o apoio na coordenação de políticas regionais dos direitos humanos. Tem sede em Buenos Aires, Argentina. O IPPDH se propõe a contribuir no desenho, implementação e consolidação das políticas públicas em direitos humanos como eixo fundamental da identidade, do desenvolvimento e da integração dos países do MERCOSUL.

[www.ippdh.mercosur.int](http://www.ippdh.mercosur.int) // [www.facebook.com/IPPDH](https://www.facebook.com/IPPDH) // @IPPDHMERCOSUR

---

### **Sobre a UPS**

A Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL foi criada pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 65/10, com o objetivo de consolidar e aprofundar a participação de organizações e movimentos sociais da região no bloco. Tem como funções: atuar como um canal institucional de diálogo do MERCOSUL com as organizações e movimentos sociais; a construção e manutenção de um registro de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL; o apoio às Cúpulas Sociais; e a elaboração de um projeto de norma para a criação de um fundo para a participação social no MERCOSUL e sua administração.

[www.facebook.com/upsmercosur](https://www.facebook.com/upsmercosur) // [www.mercosur.int/t\\_generic.jsp](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp) // @UPSMERCOSUR

---

### **Sobre a SNNA - Paraguai**

A Secretaria Nacional da Infância e Adolescência da República do Paraguai (SNNA) posicionada em seu papel reitor e garantidor dos direitos de crianças e adolescentes que, junto com suas famílias e comunidades, são participantes do desenho e da execução de políticas públicas e ações nacionais e locais, implementadas para melhorar sua qualidade de vida. A SNNA é um ente articulador das políticas públicas de promoção e proteção de direitos de crianças e adolescentes, localizando os interesses superiores destes como centro e fazendo efetiva a vigência plena de seus direitos, com propostas que promovam a mobilização social e comunitária em nível nacional, estadual e municipal.

<https://www.paraguay.gov.py/snna> // [www.facebook.com/paraguaysnna](https://www.facebook.com/paraguaysnna)